



Cabral, com Arinos, foi ao gabinete de Ulysses para a entrega formal do projeto de Constituição

Sarney apela à Aliança contra parlamentarismo

Barretos — O presidente José Sarney dirigiu, ontem, um veemente apelo a Aliança Democrática e demais forças que o apóiam na Assembléia Nacional Constituinte, para que rejeitem o parlamentarismo. "Não devemos, não podemos ter uma separação no poder entre o chefe do Governo e o chefe de Estado. O Governo deve manter essa unidade", afirmou.

Sarney garantiu, no entanto, que "o Governo não tem pressionado de nenhuma maneira" os constituintes, para que mantenham o presidencialismo. "Nós temos evidentemente, como qualquer cidadão brasileiro o direito de opinar nesta questão. Não se pode mudar o regime de um País, sem que o Presidente da República tenha uma participação, através das forças políticas que o apóiam.

Prisco prevê aprovação do atual sistema

Salvador — «A maioria silenciosa na Assembléia Nacional Constituinte é favorável ao presidencialismo e esse sistema de Governo será mantido na futura Constituição», afirmou ontem o deputado Prisco Viana (PMDB-BA).

«Essa história de que a maioria dos membros da Assembléia Nacional Constituinte é parlamentarista não passa de mera presunção», frisou o parlamentar. O que há de fato, segundo ele, é uma minoria falante, e bem falante, que não irá prevalecer no dia da votação.

Em relação a outro tema polêmico da Constituinte, o tempo de duração do mandato do Presidente da República, o deputado Prisco Viana lembrou que o País vive um período de transição para uma etapa de plenitude democrática, «e o mandato de cinco anos é o que corresponde melhor a uma transição normal, tranquila e sem atropelos, assim como o regime presidencialista é o que corresponde à tradição brasileira».

Em Salvador, o deputado Prisco Viana previu também que a Aliança Democrática não tem futuro muito longo. «Ela praticamente já se esgotou no instante em que elegeu e compôs o primeiro Governo da Nova República. Acredito que ao se completar a transição, ela perderá inteiramente a sua finalidade».

Brizola

O parlamentar do PMDB baiano não concorda, porém, com a tese do ministro do Interior, João Alves, de que a dissolução da Aliança Democrática venha a favorecer a uma eventual candidatura do ex-governador Leonel Brizola à Presidência da República, sobretudo se se levar em conta que a próxima eleição presidencial será feita em dois turnos. «É possível que o ex-governador do Rio de Janeiro possa obter algum êxito na fase inicial desse processo, mas acredito que no instante em que as forças de centro, as forças moderadas, que são majoritárias nesse País, se agruparem em torno de um candidato, dificilmente o ex-governador terá êxito», finalizou.

Nós devemos participar dessa discussão", observou Sarney.

Na primeira visita feita a São Paulo no após as manifestações de hostilidade que enfrentou no Rio de Janeiro, o Presidente foi aplaudido nas ruas e no recinto da 32ª Festa do Peão Boiadeiro, em Barretos, a 438 quilômetros de São Paulo e um dos mais fortes redutos da UDR (União Democrática Ruralista), com cerca de um mil associados na região. Sarney conversou por três minutos com Henrique Prata, presidente local da entidade que pediu maior participação da UDR nas decisões sobre a política agropecuária nacional.

"A minha opinião sobre o regime já foi expressa, já dei conhecimento a Nação do meu ponto de vista. Vou pelo presidencialismo e isto não tem nada de pessoal, mas

sim, tem com a minha experiência de homem público, que passou 27 anos no Parlamento, que dedicou toda sua existência a vida pública e, portanto, sabe perfeitamente quais são os mecanismos pelos quais podemos chegar a consolidação institucional e aqueles pelos quais não a teremos", justificou o Presidente da República numa das duas entrevistas que concedeu ontem em Barretos.

Acompanhado em toda visita pelo governador Orestes Quêrcia, o presidente Sarney antecipou que tentará prevalecer essa sua posição "através da Aliança Democrática" que é o partido (a coligação política) que nós temos na Constituinte. Fazemos parte de um Governo político e evidentemente teremos que discutir esse assunto com as forças políticas que nos apóiam".

"É uma fórmula fechada"

O parecer do relator da Constituinte, na questão do sistema de Governo, beneficia uma posição que não está confirmada como majoritária dentro da Assembléia Constituinte. A proposta induz à aprovação do parlamentarismo, em plenário. Estas foram as observações feitas pelo presidente José Sarney ao relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, na noite de anteontem, no Palácio da Alvorada. Esteve presente também à reunião o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

O encontro teve duração aproximada de duas horas e o ministro Costa Couto participou, limitando-se a servir de testemunha da conversa. Sarney, sem se alterar, disse ainda a Bernardo Cabral que a forma como foi apresentada a proposta do parlamentarismo, no projeto constitucional, é uma fórmula fechada e dificultaria a votação favorável à manutenção do presidencialismo, afirmando

ainda que o relator, deve acatar as emendas que serão apresentadas até o dia sete de setembro, quando se encerra o prazo para emendas de mérito.

Mais uma vez, o Presidente da República repetiu a Cabral que a proposta para mudança do sistema de Governo deveria «merecer» uma consulta às partes envolvidas, informou o porta-voz da Presidência, Frota Neto. Esta mesma observação foi feita pelo Presidente da República aos diversos políticos com quem conversou.

Disse ainda o porta-voz que o presidente José Sarney espera que «o Governo como um todo se coloque em favor da tese assumida pelo Presidente, que entrem em sintonia». Apesar deste apelo, informou o porta-voz que o presidente Sarney «não vê necessidade em fazer qualquer cobrança aos parlamentares e envolvidos, porque todos que se identificam como Governo têm compromissos com o Governo».

Primeiro substitutivo foi apenas formalidade

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, fingiu ontem, pela segunda vez, estar recebendo o substitutivo definitivo do Projeto de Constituição pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que lhe entregou apenas uma das versões do projeto, às 17h00, na solenidade, quando o projeto definitivo somente ficou pronto depois das 21h00.

O mesmo tinha acontecido quando Bernardo Cabral fez a entrega há mais de dois meses, do projeto compatibilizado das Comissões Constitucionais Temáticas, com o agravante que naquela vez foi entregue a Ulysses Guimarães um simples calhamaço de papel (Bernardo Cabral chegou a advertir o multipresidente para que ele não abrisse o documento, para a imprensa não perceber).

Apesar de não ter lido o projeto, não ter tomado conhecimento do seu conteúdo e saber que o que tinha em mãos era apenas um borrão (como Cabral costuma chamar as diversas fases de elaboração do Projeto de Constituição), Ulysses Guimarães fez um discurso vibrando e até emocionado, no qual garantiu para uma sala lotada, que outras pessoas poderiam fazer uma Constituição melhor, mas jamais trabalhariam tanto quanto estão trabalhando Bernardo Cabral e os seus relatores-adjuntos.

Bernardo Cabral foi mais ator ainda, ao afirmar que o trabalho era fruto do entendimento de uma larga parcela de constituintes e que o projeto que aquela hora entregava a Ulysses Guimarães (e nesse momento ele entregou o documento a Ulysses, sendo aplaudido) tinha pontos consensuais.

Texto é obra da maioria, afirma Cabral

«O documento é obra e fruto de uma grande maioria dos constituintes». A afirmação foi feita ontem pelo



relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), ao entregar ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), um esboço em lugar do anteprojeto de Constituição sobre o qual vinha trabalhando nas últimas semanas.

Cabral fez questão de frisar que não havia qualquer tom pessoal, de grupos ou pessoas no documento. «Ninguém conseguiu impor o seu texto», afirmou. Ele disse, porém, que procurou ouvir todos os segmentos e correntes sociais, para trocar idéias a respeito dos vários temas do projeto.

A entrega foi formal, já que o texto final não foi impresso a tempo de ser levado por Cabral às mãos do presidente da Constituinte, devido a retoques e acertos feitos até pouco antes da entrega. A entrega foi realizada às 17 horas, no gabinete do deputado Ulysses Guimarães. Estavam presentes os relatores-adjuntos e demais parlamentares que auxiliaram Cabral na elaboração do projeto.

O relator pediu desculpas aos constituintes que «não entenderam» o trabalho de sistematização feito por ele. Esclareceu, porém, que o trabalho não é final, já que receberá emendas a partir de sexta-feira.

Elogio

«A função de relator é árdua e sujeita a críticas» — afirmou o deputado Ulysses Guimarães após receber o projeto. Lembrando que já foi relator do Código Civil Brasileiro e do Código Eleitoral, Ulysses disse ser «muito difícil escrever pelos outros». Ele elogiou o esforço feito por Bernardo Cabral, tanto pelo número de horas dedicadas ao trabalho, quanto pela «boa vontade» com que ouviu a todos.

Ulysses lembrou do grande número de emendas que foi apresentado à Comissão de Sistematização, e também das quase cem emendas populares que chegaram à Constituinte, com milhões de assinaturas.

Em tom sério, o presidente da Constituinte disse que mais um passo foi dado no sentido de se «fazer uma Constituição que atenda principalmente às camadas mais injustiçadas na Nação».

Aposentadoria para mulher será mudada

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), anunciou que vai alterar seu substitutivo para acatar um artigo que prevê a aposentadoria da mulher aos 25 anos. O anúncio foi feito no plenário da comissão, onde cidadãos sem mandato popular estão defendendo emendas populares à Constituinte. As defendidas ontem tratavam dos direitos da mulher e da família.

Bernardo Cabral pediu um aparte ao deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), que defendia aposentadoria aos 25 anos para as mulheres, representando três sindicatos de Santos, (SP) para anunciar a alteração no substitutivo, que previa 30 anos.

A sessão da Comissão de Sistematização para a defesa das emendas populares foi aberta com atraso, começou às 19h30 e não às 19 horas, como estava previsto. A primeira oradora a falar foi a socióloga e educadora Moema Viezzer. Ela defendeu emenda popular, subscrita por 42.444 eleitores, propondo igualdade entre o homem e a mulher em todos os níveis. Resaltou que as mulheres não aceitam nenhum retrocesso em seus direitos na nova Constituição. De acordo com a socióloga, foram dois anos de discussão, entre as entidades, para se chegar até a emenda.

A discussão do aborto esquentou a sessão. A feminista Maria Amélia de Almeida, que falou em nome de três entidades feministas do Rio e de São Paulo, defendeu emenda subscrita por 32.995 eleitores, propondo a legalização do aborto e a assistência do Estado à mulher que queira interromper a gravidez. A defesa de uma emenda proibindo o aborto foi feita em seguida por Francisco Massá Filho, representante de entidades religiosas do Rio de Janeiro, que foi vaiado por feministas que estavam nas galerias.